

Cristiane Aparecida Zambolin Teodoro

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
cris.cazt@gmail.com

Carlo Eugênio Nogueira

Professor do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da
Universidade Federal do Espírito Santo (CCHN/UFES)
carleugenio@gmail.com

A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA) - 1907 a 1915: tecendo caminhos no sertão

Resumo

Com o objetivo de discutir algumas das contribuições da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas - CLTEMTA (1907 a 1915) para os processos de apropriação e domínio territorial desenvolvidos pelo Estado Republicano nas áreas atualmente correspondentes ao Noroeste do Brasil, em Mato Grosso, no então denominado "sertão vazio", selecionou-se nesse texto um recorte da dissertação de mestrado intitulada "O Domínio Territorial Republicano manifestado na Multiexpressividade da Comissão Rondon", na qual pretendeu-se apontar as ações de reconhecimento territorial executadas nos primeiros anos da CLTEMTA que fortaleceram a corporatura do Estado associada ao exercício de seu poder soberano no território. Os dados apresentados foram resultantes da discussão e da análise das Conferências realizadas no ano de 1910 por Cândido Mariano da Silva Rondon, as quais apresentam um importante perfil das ideologias geográficas existentes no período, cuja materialidade se faz expressa em uma representação cartográfica dos avanços obtidos nas expedições de estudos e reconhecimento, que foram determinantes para o processo de legitimação estatal em uma sociedade que se encontrava em processo de composição.

Palavras-chave: Comissão Rondon, Território, República.

Abstract

THE COMMISSION OF STRATEGIC TELEGRAPHIC LINES FROM MATO GROSSO TO AMAZONAS (CLTEMTA) - 1907 TO 1915: WEAVING TRACES IN SERTÃO

With the objective of discussing some of the Strategic Telegraphic Lines from Mato Grosso to Amazonas contributions – CLTEMTA (1907 to 1915) to the processes of appropriation and territorial domain developed by the Republican State in the areas currently corresponding to the Northwest of Brazil, in Mato Grosso, in the so-called “empty hinterland”, a selection of the masters dissertation titled “The Republican Territorial Domain manifested in the Multi-Pressiveness of Rondon Commission” was selected in this text, in which it was intended to point out the actions of territorial recognition executed in the first years of CLTEMTA that strengthened the state body associated with the exercise of its sovereign power in the territory. The data presented were the discussions results and analysis of the Conferences held in 1910 by Cândido Mariano da Silva Rondon, which present an important profile of the geographical ideologies existing in the period, whose materiality is expressed in a cartographic representation by the advances obtained in the expeditions of studies and recognition that were decisive for the process of state legitimation in a society that was in its composition process.

Key-words: Rondon Commission, Territory, Republic.

1. Introdução

A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA), cujos trabalhos foram executados entre 1907 e 1915, configurou-se como o objeto de estudo deste texto, apresentando os resultados parciais de uma pesquisa mais ampla¹, que analisa a formação territorial brasileira por meio da apreciação de algumas tendências de apropriação territorial realizadas durante a I República (1889-1930) no início do século XX.

De acordo com a perspectiva assumida entende-se que a CLTEMTA foi a manifestação de um movimento que visava a incorporar áreas distantes do país, como o Mato Grosso, na órbita de influência do nascente Estado Republicano. Para a consecução dessa integração, os trabalhos da Comissão buscavam valorizar as terras mato-grossenses como áreas promissoras que contribuiriam com o crescimento do país. Essa valorização, por sua vez, tinha o intuito de modificar a situação anterior, quando a economia de Mato Grosso, calcada no extrativismo intensivo e na pecuária extensiva,

configurava-se como mera fornecedora de produtos primários, explorados até que se tornassem insuficientes para a manutenção dos sujeitos ocupados com a atividade, como no exemplo do período aurífero, no século XVIII.

Essa diferenciação é resultado do caráter científico-territorial a que esta Comissão esteve subordinada, uma vez que seus objetivos abrangiam uma rede de conexões entre as mais diversas áreas do conhecimento, da economia, da política e da cultura. Desse modo, ao adentrar nas terras que compreendiam o território do estado de Mato Grosso, a CLTEMTA procura expressar a funcionalidade que tais áreas teriam no conjunto territorial brasileiro, descrevendo, nos Relatórios e Conferências oriundos das expedições, as descobertas que facilitariam o desenvolvimento do país em diversos âmbitos.

Em uma primeira aproximação, podemos considerar que o *leitmotiv* da CLTEMTA era a melhoria das comunicações entre as distantes regiões do país. De um ponto de vista do pensamento geopolítico professado na época, um Estado que não tivesse pleno controle do território sob sua soberania, principalmente nas áreas de fronteira, era considerado frágil (COSTA, 1992; MYIAMOTO, 1981). Esse controle estabelecido pelo poder estatal, por meio das instalações telegráficas, dar-se-ia por duas vias distintas: 1) a primeira correspondente ao mundo moral, pautando-se em questões relativas ao patriotismo e ao nacionalismo; 2) a segunda atinente ao mundo cívico, no qual temas como tecnologia, urbanização, domínio territorial, cientificidade e desenvolvimento eram primordiais (MACIEL, 1998).

A República, ao estabelecer comunicações diretas entre suas áreas mais afastadas e a capital do país, mostrava não estar ausente em um território fragmentado. Ao contrário, por meio da ação estadista pacificadora, desenvolvimentista, civilizadora e progressista, o território antes dividido tornava-se unificado. A chegada do telégrafo à fronteira é um indicador de que a “posse não depende apenas da fixação dos pontos de delimitação física/geográfica do território, mas principalmente da sua elaboração cultural e social” (MACIEL, 1998, p. 111).

Ao fazer uma análise das diversas expedições de intelectuais e cientistas que se dirigiam ao interior do país no início do período republicano, percebe-se a afirmação de um dualismo entre sertão e litoral como

integrante de um campo semântico que entendia o sertão como um lugar afastado do poder público e de seus projetos modernizadores, um lugar a ser incorporado ao Estado e à nação por processos de civilização e conquista que garantiriam o progresso (LIMA, 1999; NOGUEIRA, 2018).

Os projetos republicanos de integração nacional associam-se à ideia de controle do meio natural, concebendo a natureza como um recurso a ser apropriado em função do progresso eminente que a República propiciaria à população e ao território brasileiro. Deste modo, o “civilizar” e o “nacionalizar” se tornam adjetivos comuns às ações governamentais implementadas no Noroeste do Brasil. Sobre a afirmativa, recorremos a Nísia Trindade Lima (1999), que discorre com expressiva clareza sobre o assunto:

Projetos cujas origens podem muitas vezes ser localizadas no Império, não apenas se intensificam durante a República, como ganham nova expressão, associando-se ao ideário cientificista dominante entre a intelectualidade. É possível falar de uma atitude de maior intervenção diante da natureza, cada vez mais ligada à ideia de recurso natural, e do movimento de auto-atribuição de uma missão civilizatória, da parte das elites intelectuais, que se viam como responsáveis pela formação da nacionalidade. Sertão e viagens, estas vistas como expedições civilizatórias, são termos que se interpenetram. O desbravamento do sertão pode ser visto como um movimento de forte conteúdo simbólico, que acompanhou os projetos oficiais de delimitação de fronteiras, saneamento, utilização de recursos naturais, povoamento e integração econômica e política. Este movimento missionário, fortemente associado à expansão da presença do Estado, encontrou como atores sociais agentes informados pelo cientificismo (...). Desta forma, ações diferenciadas, mas que apresentarem elementos em comum, integram esse movimento. Sertão, povoamento, civilização, integração à nacionalidade constituem termos recorrentes em diferentes documentos das três primeiras décadas do século XX (LIMA, 1999, p. 67).

Nesse sentido, a campanha pela reforma da saúde pública e pelo saneamento dos sertões, que era ponto comum tanto à CLTEMTA quanto nas viagens dos médicos sanitaristas participantes do movimento higienista, sensibilizou estratos cada vez mais amplos de diferentes grupos políticos e intelectuais. Ao chamar a atenção para o abandono do sertão, tais expedições operacionalizam novas percepções do território, compondo imagens fortes que recusavam as versões ufanistas da natureza e associavam os sertões ao abandono, ao atraso e à doença, comprovando a fragilidade do homem diante da natureza tropical.

O telégrafo, no início do século XX, pode ser visto então como a base modeladora de um território que se integra, agindo como centralizador

de questões políticas, sociais, culturais e econômicas que se direcionam a um mesmo objeto, o sertão: “A conquista do sertão, identificada com a própria construção da nacionalidade, emerge continuamente como o grande projeto nacional, sendo alçada à condição de função básica do Estado” (MORAES, 1999, p. 45).

Aliás, a constatação das dificuldades de adaptação do europeu e seus descendentes aos trópicos, que ecoava um sentimento geral de inanição dos grupos humanos ante a natureza tropical, percebida como inferno ou obstáculo permanente à ocupação racional, será um tema caro à Geografia da época, visto que os geógrafos brasileiros que tratam da questão do povoamento e da colonização na primeira metade do século XX iriam retomar esse enquadramento inúmeras vezes, principalmente na avaliação que fazem das populações tradicionais que habitavam as áreas em que grassavam o avanço das movimentações pioneiras (NOGUEIRA, 2013).

Com o exposto, podemos aferir que o projeto republicano de implantação telegráfica foi a representação da pressa que a República demonstrava ter em “transportar o pensamento de seus cidadãos de um lado a outro do seu território, colocando em comunicação ‘Estados irmãos’ que, até então, teriam ficado à parte da nação brasileira em função da distância e do atraso técnico que os separaria” (MACIEL, 2001, p. 133).

Tendo como referência o fato de o conceito de formação territorial conceber o território simultaneamente como materialidade e representação, relacionando o processo de sua efetiva ocupação material com os discursos e projetos que o têm como objeto (MORAES, 2014), pode-se observar de que modo o imperativo da conquista foi posto como questão de fundo para diferentes governos em diversos momentos históricos do Brasil.

Em detalhe, essa ideia de avanço conquistador sobre os sertões, que normalmente aparece vinculada ao imaginário da expansão territorial da sociedade brasileira, atrelando o processo de formação do país à integração do território e à dominação da natureza, aparece como tema polarizador de diversas das ideologias geográficas (MORAES, 1988) que serviram de fundamento para a execução de políticas territoriais ao longo do século XX. Sobre o tema em questão, especifica-se que:

Pode-se dizer que as ideologias geográficas recobrem os discursos politicamente orientados do pensamento geográfico, seja em termos do estabelecimento de

valores acerca do espaço e dos lugares, seja no direcionamento da ocupação e dos usos efetivos da superfície terrestre. Vale acentuar que não existe produção *material* do espaço sem produção *simbólica*, sendo a relação homem-natureza, a apropriação dos lugares, e a formação dos territórios, processos teleológicos impulsionados por sujeitos e envolvendo finalidades e ações conscientes. (...) Na formação territorial, às determinações dos processos econômicos, se associam as injunções da política e as nuances da cultura. Na historicidade plena das manifestações singulares aparece a possibilidade de indicar os agentes de tal processo, os sujeitos concretos que impulsionaram seu movimento, e as motivações e interesses específicos que animam suas ações em cada conjuntura (MORAES, 2014, p. 34-35).

Assim, corroborando com a ideia posta, há uma concordância entre os documentos analisados para a pesquisa, uma vez que tais registros enaltecem o Mato Grosso em seus mais diversos aspectos, procurando descrever o território como um potencializador para o desenvolvimento do país.

É nesse âmbito que o sertão estigmatizado como atraso vai perdendo espaço para o sertão como potencial de prosperidade, cujas contribuições se tornam inúmeras para o desenvolvimento almejado pelo Brasil que se estrutura nesse momento republicano. As projeções para o futuro se tornam contínuas e o resgate do passado glorioso que se fez com a extração aurífera, promovida pelos bandeirantes do século XVIII, um estímulo a ser reproduzido pelos brasileiros do século XX.

Cabe destacar que as informações contidas nas Conferências não se limitam aos fatos recorrentes à CLTEMTA, mas fazem um retrospecto geo-histórico, situando o leitor em um processo de desenvolvimento que, ainda não concluso, direciona-se à civilização e ao progresso, ressaltando as potencialidades cabíveis aos recursos que o Mato Grosso disponibilizava para a Nação.

A partir dessas acepções, entendemos que as Conferências proferidas por Cândido Mariano da Silva Rondon possuíam a funcionalidade de tornar público os alcances realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, de modo a obter a adesão pública, ao menos daqueles de maior influência social, para a continuidade dos trabalhos, bem como de proporcionar uma visibilidade ao Noroeste do Brasil, demonstrando as proeminências de suas atuações no sertão estigmatizado como “bruto”.

Para expressar as facetas territoriais que emergiam dos discursos de Cândido Rondon, selecionamos uma publicação que se subdivide em três Conferências, sendo as mesmas realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo, trazendo uma discussão acerca das expedições de reconhecimento realizadas em 1907, 1908 e 1909. Nelas é possível perceber as variantes discursivas que Rondon utiliza com o decorrer do tempo, as quais retratam a multiexpressividade existente na CLTEMTA.

As Conferências proferidas no ano de 1910 possuem um caráter misto entre as narrativas e informações técnicas, referenciadas especialmente por meio da menção das coordenadas geográficas que demarcavam cada ponto que as expedições de reconhecimento chefiadas por Cândido Rondon alcançaram ao longo da CLTEMTA, o que proporcionou a elaboração das representações cartográficas que aqui apresentamos em parte (TEODORO, 2017), representações estas que desenharam o território explorado pela Comissão Rondon durante a CLTEMTA.

As coordenadas geográficas expostas por Cândido Rondon possuíam como marco zero de sua Longitude o meridiano do Rio de Janeiro, sendo designadas como L. O. Rio, e para as Latitudes usou-se a Linha do Equador. Nesse sentido, não era incomum, durante as expedições da Comissão, a correção de certas localizações geográficas determinadas em tempos anteriores, que passavam a ser consideradas como errôneas, dificultando a missão posta a Rondon (RONDON, 1922, p. 58).

Sendo estes pontos marcados por coordenadas longitudinais que diferem do padrão estabelecido (Meridiano de Greenwich), no material digital produzido optou-se por manter os pontos originais, tais como apontados pela Comissão Rondon, e construir as representações cartográficas tendo como marco zero o Rio de Janeiro. Desse modo, as coordenadas geográficas estabelecidas apresentam-se distintas das que são comumente identificadas para o estado de Mato Grosso, cujas variantes estão entre os 50° a 59° Oeste, e 09° a 17° Sul.

Para obter o máximo de exatidão nos pontos demarcados em cada expedição, fez-se uso da Carta Sintética de Mato Grosso (1922) como referencial cartográfico, uma vez que a mesma foi confeccionada sob a direção de Cândido Mariano da Silva Rondon a partir dos mesmos critérios utilizados nas expedições de campo no que se refere às coordenadas e a seus

meridianos. Para isso, foi utilizado como recurso um software de desenvolvimento tecnológico de mapas, o Quantum Gis, que oferece a capacidade de armazenamento, modificação e exportação de dados espaciais.

Materializa-se então uma representação espacial dos locais citados por Cândido Mariano da Silva Rondon nas Conferências realizadas durante as expedições de reconhecimento executadas nos primeiros três anos de funcionamento da CLTEMTA, proporcionando uma visualização da ocupação civilizatória e desenvolvimentista que se propagava no período.

2. As faces de um (re) conhecimento territorial

Para esclarecer determinados pontos que serão prenotados na abordagem, torna-se fundamental destacar que o ideário de (re)descobrimto ou (re)conhecimento, defendido principalmente nas postulações de Cândido Rondon, não descarta de todo o acervo de conhecimento produzido sobre o Mato Grosso em momentos anteriores. Contudo, estes são vistos como parte de um processo contínuo e evolutivo, a partir do qual a sociedade alcançaria seu apogeu (GIANNOTTI; LEMOS, 1978).

Essas áreas ao oeste/noroeste do Brasil configuravam-se, no pensamento político-social da época, como sertões a serem desbravados, tomando o sentido de espaços vazios, brutos, de natureza selvagem, que se contrapunham às áreas já conhecidas e urbanizadas que, mesmo que contassem com a presença de outros povos, como índios, negros e diversos povos tradicionais, como era comum nas povoações mato-grossenses, já haviam sido dominadas pela cristandade branca, evidenciando as problemáticas enfrentadas pela República quanto à divisão social e territorial ocasionada pela ação portuguesa (AMADO, 1995).

Isto posto, parte-se da premissa de que, nas expedições comandadas por Rondon, o território de Mato Grosso deveria ser explorado como uma “área virgem”, isso porque as bases nas quais se assentavam as ideologias que norteavam as ações militares da Comissão se pautavam no positivismo. Desse modo, a imagem de atraso com a qual qualificavam o sertão acentuava o ideário de que havia a necessidade de intervenção para a promoção do desenvolvimento e, por isso, o conhecimento geográfico promovido pela

Comissão seria a “mola propulsora da incorporação, da ocupação e efetiva unidade física do Brasil” (ARANHA, 2012, p. 93).

As demarcações que se projetaram no território mato-grossense por meio das expedições de reconhecimento, puderam ser aqui retomadas e representadas em uma produção cartográfica digital que redesenha as variantes territoriais envolvidas nesse processo. Além disso, por meio de um estudo analítico dos relatos presentes nas Conferências, tornou-se possível estabelecer um padrão indicador das ações públicas e políticas que Cândido Rondon desenvolvera a fim de possibilitar a continuidade da Comissão Rondon.

O emprego das coordenadas geográficas que são citadas nas Conferências pode ser visto como os referenciais pontuais para a singularidade daquilo que se fazia na expansão territorial almejada pelo Estado. A afirmação do poder estatal nas terras de Mato Grosso, bem como sua apropriação e seu reconhecimento, manifestam-se nas demarcações de coordenadas realizadas diretamente no terreno, podendo ser visto como a expressão da materialidade desse domínio.

Para o reconhecimento do território a ser explorado, foram realizadas três expedições, que faziam o levantamento das informações no terreno e do potencial de recursos naturais que possuíam para a futura exploração econômica. Esta etapa era feita de forma esmiuçadora, contendo nas cadernetas de campo e relatórios apresentados detalhes minuciosos das características das áreas por onde passara, bem como das populações que ali viviam (ARANHA, 2012). Percebe-se assim a dedicação de Cândido Rondon à missão que lhe foi atribuída e a meticulosidade com que trabalhava, sendo denominado de perfeccionista, o que nos permite compreender a mitologia criada em torno de seu nome.

A primeira empreitada realizada pela CLTEMTA objetivou a construção do ramal telegráfico de Cáceres à cidade de Matto-Grosso, campanha desenhada na Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso (1900-1906), mas que não se concretizou. Essa linha telegráfica entre as cidades citadas ligaria a extremidade fronteira do oeste mato-grossense, de modo a proporcionar a integração territorial de uma área que se colocava como de extrema importância estratégica.

Dessa expedição foram resultantes quatro pontos demarcados pela Comissão por meio de coordenadas geográficas (figura 1), demonstrando o avanço territorial obtido, uma vez que, apesar da existência longínqua de tais cidades, que remontam ao século XVIII, estas estavam se enquadrando ao cenário desenvolvimentista promovido pelos telégrafos, destreza que se mostra nos discursos proferidos por Rondon ao referir-se aos locais em menção:

Pouso-Alegre foi o seu nome primitivo, e o único que lhe podia assentar actualmente é o Villa Triste. Ao contemplarem-se estas ruínas evocativas de um passado de pompas e de domínio absoluto, sente-se a alma embeber-se de indefinível melancolia, como quando se revêem sítios que já vimos transbordantes de vida, e agora encontramos abandonados, sem ruído, sem um movimento, sem uma cor que lembre o presente, apagado pelas sombras da saudade. [...] Diante da morna tristeza que se derrama por Villa-Bella, também eu deixei arrastar-me por pensamentos de ressurgimento, de glórias futuras... (RONDON, 1922, p. 12 – 13)².

A inauguração do ramal ligando São Luiz de Cáceres à cidade de Matto-Grosso viria a ser concretizada em 07 de agosto de 1907. Este primeiro percurso realizado no projeto da CLTEMTA evidencia as iniciativas de apropriação territorial postas pelo governo republicano, uma vez que as instalações de linhas telegráficas nas citadas cidades reafirmavam o poder e a presença do Estado em áreas que se encontravam relegadas ao abandono, promovendo perspectivas de desenvolvimento. Ainda se destaca a alteração de nomes de locais já firmados, promovendo a alusão de um (re)alicerçamento social e político.

Com a concretização dos objetivos designados para esse primeiro momento da CLTEMTA, organizou-se a continuidade dos trabalhos, naquela que seria a expedição responsável pela abertura e pelo reconhecimento de fato das áreas a serem desbravadas pela Comissão, a Expedição do Rio Juruena. Os raros aventureiros que haviam se deslocado para a região, nos vestígios documentais que haviam deixado, concordavam entre si em apenas um ponto de referência, no mais, havia informações que se contradiziam, eram vagas ou por demais fantásticas (RONDON, 1922, p. 16).

Para alcançar o Rio Juruena, a comitiva instituiu como ponto de partida a vila de Diamantino, situada ao noroeste de Cuiabá, a uma distância de 184 quilômetros, e que servia, naquele início de século XX, como entreposto para o comércio da borracha. A expedição foi organizada

e os trabalhos divididos em quatro divisões: 1) exploração da vanguarda; 2) condução do material; 3) serviço de acampamento e cozinha; e 4) o comboio (RONDON, 1922, p. 16).

Muitos eram os questionamentos que se colocavam para que se alcançasse o objetivo posto, uma vez que estas áreas não haviam ainda sido exploradas em terra por agentes públicos do governo. Ao propor tal afirmação, não estamos excluindo os viajantes, pesquisadores, bandeirantes e desbravadores que já haviam passado pelo local, ou por ali permanecido por certo período de tempo, mas acenando para um (re)descobrimto do local, que seria efetivado por meio de levantamentos geográficos que sistematizassem a área e visassem a sua efetiva ocupação.

Quanto à complexidade para o adentramento do território, Rondon descreve:

Em resumo, o Juruena apresentava-se como uma incógnita, cujo valor só podia ser calculado por tentativas sucessivas. Que rumo conviria seguir? Pelo divisor das águas do Tapajoz e Paraguay, ou de Aldeia Queimada internarmo-nos para o noroeste? Estas duvidas nos deixavam enleados quanto à escolha da base de operações; arriscavamo-nos a adoptar a menos conveniente para prover os abastecimentos da expedição desde que esta fosse forçada a tomar uma direcção diferente traçado por conjecturas. Para diminuir os efeitos dos erros possíveis, decidi restringir o campo destes primeiros esforços a attingir as margens do famoso formador do Tapajoz; elle nos serviria de ponto de apoio das futuras operações (RONDON, 1922, p. 16).

Durante a expedição para se alcançar o Rio Juruena, Rondon relatou em suas Conferências um total de dez pontos correspondentes a coordenadas geográficas marcadas no terreno (figura 1), que localizavam áreas ainda desabitadas pela civilização, mas que se faziam *habitats* naturais de sociedades que ainda permaneciam no estágio fetichista³ de desenvolvimento evolutivo, em suma, indígenas.

O percurso realizado pela expedição distingue a exatidão com que a CLTEMTA se dispõe a explorar o território, uma vez que é possível identificar a proximidade entre as demarcações realizadas. O detalhamento realizado na exploração territorial é procedente da necessidade de esmiuçar os recursos naturais que se faziam presentes nessa área. Por isso, o reconhecimento realizado não pairava somente na viabilidade de implantação das redes telegráficas, mas consistia em um todo unificador.

Afere-se ainda o caráter político que a Conferência assume para a disseminação do trabalho desenvolvido pela CLTEMTA, expresso na quantidade de pontos demarcados (coordenadas geográficas) na mesma. Tais pontos representam a precisão e a propriedade das ações realizadas pela Comissão, de modo a ratificar a continuidade de seus objetivos, uma vez que espelhava avanços nunca antes obtidos e contribuía para o crescimento das ciências no Brasil, em um período em que a padronização da prática científica emergia como significado.

Para a segunda expedição, ocorrida em 1908, a intenção inicial era alcançar as margens do Rio Juruena, local onde seria instalado um destacamento de apoio para que dali prosseguisse até Santo Antônio do Madeira, objetivo final. Entretanto, essa expedição teve o trabalho interrompido por problemas que se instauraram na implantação dos postes telegráficos, tendo Rondon que cessar a segunda expedição de reconhecimento.

Apesar do imprevisto que se pôs, a expedição conseguiu percorrer uma área de 401 quilômetros contados a partir de Aldeia Queimada, dos quais foram citados por Rondon um total de quatorze pontos demarcados por coordenadas geográficas (figura 1), de modo a expressar a abrangente ação que estava sendo disseminada pelos sertões.

A segunda expedição tomara os mesmos pressupostos significativos expressos para a Expedição ao Rio Juruena. Ao analisarmos as coordenadas, percebemos que novamente há a incidência da demarcação de pontos muito próximos entre si, referenciando a necessidade de exposição do avanço territorial que se fazia, o qual associamos à incredibilidade com que a CLTEMTA fora montada, de modo que descrever os avanços territoriais alcançados autenticava o modo pelo qual o Estado se apropriava dos sertões na figura de Rondon e do positivismo.

As expedições de 1907 e 1908 foram descritas em uma mesma Conferência, em 1910, o que permite efetivar algumas aproximações entre as mesmas. No entanto, dada a extensão dos acontecimentos nesses três anos de fecundo trabalho, a expedição de 1909 foi conferenciada em outro momento, também no ano de 1910. Por isso obteve-se um intervalo de tempo entre ambas que, a partir das análises documentais realizadas, indica terem gerado frutos diferentes para a continuidade da expressão dos trabalhos realizados.

Essas diferenças quanto ao modo de expressar os avanços obtidos, de modo especulativo, podem estar associadas à área em exploração, uma vez que, na expedição de 1909, finalmente se adentraria nas florestas amazônicas, tão esperada e tão temida (DIACON, 2006), cujas dificuldades aflorariam com mais vigor, afastando-se da vegetação característica dos cerrados onde perambularam até então.

O discurso que se fez na Conferência referente à expedição de 1909 evidenciou características que a distinguiam do padrão posto nas duas anteriores, uma vez que se estabeleceu um número ligeiramente alto de coordenadas, um total de vinte e quatro, para as duas já expostas, enquanto a terceira expedição consta com apenas três indicações de Latitude e Longitude (figura 1), possuindo uma drástica minimização no que se refere a esse recurso técnico incluído nas narrativas.

Outra característica está vinculada à abordagem realizada para a exposição dos acontecimentos, as duas primeiras expedições, embora descrevessem as características e potencialidades do território, adversidades sofridas, população indígena existente, entre outros temas relevantes, prezaram por expor também os dados técnicos relacionados ao avanço territorial, de modo a demonstrar geograficamente os locais que haviam sido reconhecidos e explorados. Na Conferência atinente à terceira expedição, os dados geográficos (coordenadas de Latitude e Longitude) passam a ser menos frequentes, e as narrativas de cunho descritivo são enriquecidas com um maior número de detalhes.

Estabelece-se desse modo um padrão, cujas narrativas passam a obter um caráter mais descritivo e com menor uso do recurso à exposição de coordenadas geográficas. Embora saibamos que a afirmação que se segue para explicar tal padrão possui *função especulativa*, entendemos que essa alteração no modo de explanação corresponde à mudança das questões políticas colocadas aos trabalhos da Comissão.

Assim, entende-se que as primeiras expedições foram retratadas por Cândido Rondon com a indicação de um maior número de coordenadas geográficas por terem sido realizadas em um momento no qual se questionava a viabilidade de exploração do território a Noroeste, acreditando ser inviável a missão posta à CLTEMTA devido aos fracassos anteriores de outras expedições e pela magnitude de funções atribuídas a ela que,

embora fossem diversas em sua configuração, direcionavam-se para a apropriação territorial e o domínio estatal. Com isso, os apontamentos do avanço territorial e da área explorada se faziam essenciais para a efetiva concretização do alcance obtido no que tange a abrangência pública.

Em contrapartida, após o momento em que se concretiza o bom resultado dos avanços territoriais, problemáticas diversas tendem a surgir no contexto da CLTEMTA, entre elas entendemos que as resistências alteram-se para questões que envolvem as reais contribuições que a Comissão propiciava ao país, tendo em vista problemáticas como o dinheiro público investido, os trabalhadores que em muito se mostravam insatisfeitos com as condições ofertadas pelo sertão e, ainda, a oposição da igreja católica, contrária às ações indigenistas estatais (SÁ, 2009).

Desse modo, a terceira expedição foi retratada com um número menor de coordenadas geográficas devido à mudança de exigências quanto ao trato público, assim, apreende-se que, a partir de 1909, se fazia necessário, para a consolidação dos trabalhos da CLTEMTA, expor os subsídios que essas áreas ofereceriam ao desenvolvimento e ao progresso almejados para o Brasil. Por isso, descrever os aspectos territoriais emergentes, bem como as potencialidades da população ali existente, se tornava essencial para o prosseguimento dos trabalhos da Comissão.

Por conseguinte, apesar de a expedição de 1909 ter alcançado os confins do Brasil, com sua chegada em Jacy-Paraná, a representação cartográfica que se faz da mesma a partir das coordenadas expostas corresponde a uma pequena parcela do que fora cumprido. A representação cartográfica expressa na figura 1 apresenta as demarcações realizadas pelas expedições de reconhecimento que foram relatadas durante as Conferências ocorridas em 1910.

O sertão esquecido em suas propriedades singulares durante muitos anos entrou no século XX como o personagem principal de um cenário contraditório e único, no qual a integração territorial se associava a uma gama de interesses públicos repletos de variantes. Tais variantes não se encontram deslocadas, mas agrupadas em um mesmo fio condutor, a CLTEMTA, que conduziu a força motriz estatal para os caminhos de integração e fortalecimento do domínio territorial do Estado Republicano.

A integração territorial promovida pelo Estado Republicano viria associada à exploração do território a Noroeste, não apenas no sentido de retirar aquilo que se faz lucrativo, mas de apropriar-se dos bens que o mesmo teria a oferecer, inclusive da área vazia para povoamento. Nesse sentido, a CLTEMTA, em seus anos de funcionamento, proporcionou uma ampla experimentação nessas áreas, de modo a modificar as estruturas até então conhecidas do sertão incógnito.

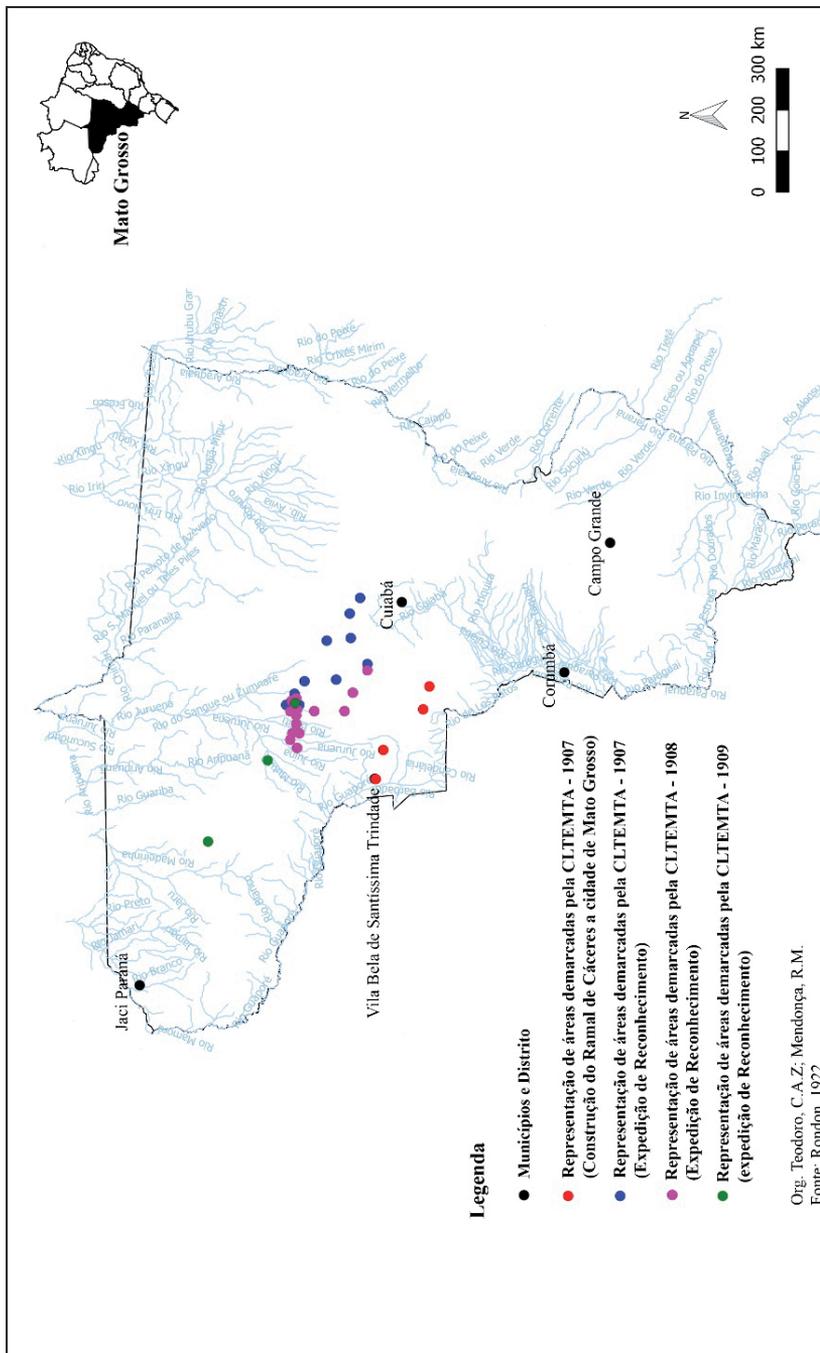
Desse modo, o uso do território se fez recorrente em seus amplos aspectos, exploram-se as áreas propícias à habitação, as riquezas econômicas que potencialmente “aguardavam” uma apropriação produtiva, a variedade botânica, zoológica e geológica que contribuem para o conhecimento científico, a rica hidrografia, cujo valor é imensurável para a época, e seus habitantes, hábeis a aprender e adentrar no mundo civilizado.

Reconhecer cada espaço com minuciosidade acaba por se tornar uma tarefa imprescindível para o que se deseja materializar no sertão: a civilidade e o progresso. Para tanto, os telégrafos tornam-se apenas um meio de transpor definitivamente o litoral em direção ao sertão e o sertão rumo ao litoral (SOUZA, 1997).

Tal tarefa árdua possuía cunhos político e público, sendo estes imbuídos na imagem do mentor desse projeto multiexpressivo. Cândido Mariano da Silva Rondon deveria não somente introduzir o Estado no sertão por meio de suas ações desenvolvimentistas e civilizadoras, mas propagar a funcionalidade e potencialidade que tal predição possuía para o crescimento do país.

É esse o papel que caracteriza os documentos emitidos com os resultados dos trabalhos da CLTEMTA, cada um com sua função específica, tornando público o feito dessa empreitada e retratando um sertão que se mostra promissor para a crescente sociedade brasileira. O território mato-grossense é agora reconhecido e explorado, visto com positividade e como possibilidade de prosperidade, principalmente no que se refere ao futuro.

Figura 1 EXPEDIÇÕES DE RECONHECIMENTO DA COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS ESTRATÉGICAS DO MATO GROSSO AO AMAZONAS – 1907 A 1915



Fonte: TEODORO, 2017.

3. Considerações Finais

O telégrafo, no início do século XX, pode ser visto então como a base modeladora de um território que se integra, agindo como centralizador de questões políticas, sociais, culturais e econômicas, que se direcionam a um mesmo objeto, o sertão: “A conquista do sertão, identificada com a própria construção da nacionalidade, emerge continuamente como o grande projeto nacional, sendo alçada à condição de função básica do Estado” (MORAES, 1999, p. 45).

Salienta-se que as Conferências possuíam a funcionalidade de exposição das potencialidades do território, de modo que o discurso proferido visava à valorização do Mato Grosso em seus mais diversos aspectos, por isso utilizava-se de representações descritivas, muitas vezes de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais oriundos ainda do Período Colonial, como forma de enaltecer o Estado.

As Conferências emergem como dados públicos quanti-qualitativos, uma vez que também fazem uso das coordenadas para divulgar os avanços territoriais, mas acabam por priorizar o uso da narrativa para expressar a relevância dessas áreas para o crescimento do Brasil.

De fato, os documentos são reveladores da exploração territorial, desvendando a transformação de uma área vista como fundo territorial no decorrer de sua formação histórica e assumindo a condição de *locus* para um projeto estatal-nacional. A ordem do arcaísmo que tanto estigmatizou o sertão, “deveria ser superada com a alocação de sistemas de engenharia e de objetos técnicos integradores do território” (MORAES, 2003, p. 05).

Os resultados alcançados pela Comissão Rondon constituem-se por documentos que, considerando a sua função específica, retratam as ideologias e políticas postas para a disseminação das ações estabelecidas, de modo a suscitar na sociedade o nacionalismo e o interesse pelas áreas de sertão, a curto, médio e longo prazos, uma vez que algumas projeções feitas pela CLTEMTA vieram a ser realizadas posteriormente.

Notas

- ¹ Este artigo é um recorte oriundo da Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso no ano de 2017.
- ² Nesta citação Cândido Mariano da Silva Rondon refere-se à cidade de Vila Bela de Santíssima Trindade, primeira capital de Mato Grosso, fundada em 1752.
- ³ Essa afirmação é recorrente no ideário positivista posto no período do estudo, como forma de justificar as ações promovidas pela CLTEMTA. Tal explanação se faz necessária uma vez que as atuais correntes sociológicas não corroboram com a afirmação, entretanto, optamos por preservar determinados dogmas vigentes naquele momento histórico, mesmo que não corresponda ao nosso atual ponto de vista.

Referências

AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

ARANHA, Patricia Marinho. Levantamentos territoriais e construção de saberes geográficos na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907 – 1915). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 91-100, jan.-jun. 2012.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre Território e Poder**. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1992.

DIACON, Todd A. **Rondon: o marechal da floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIANNOTTI, José Arthur; LEMOS, Miguel (Org.). **Comte (1798 – 1857): os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan; IUPERJ; UCAM, 1999.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio: Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”**. São Paulo: EDUC, 1998.

_____. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, p. 127-144, 2001.

MIYAMOTO Sergio. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas**, São Paulo, v. 4, p.75-92, 1981.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Notas sobre Formação Territorial e Políticas Ambientais no Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 43-50, jul.-dez. 1999.

_____. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **GEOUSP - Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

_____. **Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política**. São Paulo: AGB, 1988.

_____. O Sertão: um “outro” olhar geográfico. **Terra Brasilis**, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://terrabilis.revues.org/341>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

ROGUEIRA, Carlo Eugênio. **O Lugar da Fronteira na Geografia de Pierre Monbeig**. 2013. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. Território, sertão e ciência: expedições civilizatórias e geografia no Brasil (1900-1930). **GEOUSP - Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 1, p. 43-60, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/122319/140872>>. Acesso em: 02 ago. 2018

RONDON, Cândido Mariano da Silva. Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo. Publ. n. 68. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1922.

SÁ, Luiza Vieira. **Cândido Mariano da Silva Rondon: sertanista político**. 2009. 230 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Candice Vidal e. **A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

TEODORO, Cristiane Aparecida Zambolin. **O Domínio Territorial Republicano Manifestado na Multiexpressividade da Comissão Rondon**. 2017. 219 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2017.

Recebido em: 21/06/2018

Aceito em: 20/08/2018

